



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**Unidade-Disciplina-Trabalho**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE, TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS**

**Plano de Ação Nacional para Fortalecimento do Sector  
Farmacêutico em  
São Tomé e Príncipe  
(Agosto 2022 - Julho de 2024)**

São Tomé e Príncipe, agosto, 2022

## **Responsáveis pelo Conteúdo**

Vera Lucia Luiza SDc MSc – consultora OMS CC-OPS-OMS BRA056

Alane Andreino Ribeiro SDc MSc – consultora OMS CC-OPS-OMS BRA056

Brigite Pires dos Santos – Departamento Farmacêutico

Jeryson Ramos da Costa – Departamento Farmacêutico

Neurice Ramos – Fundo Nacional de Medicamentos

Vania Castro – Célula de Gestão das Subvenções

Claudina Cruz MD – OMS escritório STP

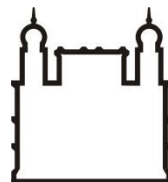
Swasilanne Sousa – OMS escritório STP

**Apoio:**



**Organização  
Mundial da Saúde**

São Tomé e Príncipe



**FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz**

## Sumário

1	Introdução .....	6
1.1	Contexto .....	6
1.2	Processo de elaboração do Plano de Ação .....	7
2	Matriz do Plano Nacional de Ação .....	10
2.1	Área estratégica: GOVERNANÇA .....	10
2.2	Área estratégica REGULAÇÃO .....	11
2.3	Área estratégica FINANCIAMENTO .....	11
2.4	Área estratégica ABASTECIMENTO .....	12
2.5	Área estratégica USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS e SEGURANÇA DO PACIENTE .....	13
3	Monitoramento e Avaliação .....	15
4	Gestão dos dados e da informação .....	16
4.1	Sobre o monitoramento .....	17
4.2	Sobre a avaliação .....	18
5	Apêndices .....	21
5.1	Apêndice 1. Alcance do plano de ação ao final dos primeiros seis meses de implantação, agosto de 2022 a janeiro de 2023. ....	21
5.2	Alcance do plano de ação ao final dos últimos 18 meses de implantação, fevereiro de 2023 a julho de 2024. ....	26
6	Referências .....	32

## **Índice de Quadros, Figuras e Tabelas**

Quadro 1 – Etapas para o desenvolvimento do monitoramento do setor farmacêutico em STP.

Figura 1 – Integralidades das ações que envolvem o setor farmacêutico em STP.

Figura 2 – Etapas de elaboração do Plano de Ação

Figura 3 – Classificação da avaliação.

## **Lista de siglas e abreviaturas**

AMR	Resistência antimicrobiana
ATEFA	Associação dos Técnicos de Farmácias
CGS	Célula de Gestão das Subvenções
CFC	Comité de Facilitação do Comércio
CNES	Centro Nacional de Educação para a Saúde
CUS	Cobertura Universal da Saúde
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DCS	Direção dos Cuidados de Saúde
DF	Departamento Farmacêutico
DO	Direção do Orçamento
DOT	Direção de Orçamento e Tesouro
DRACAE	Direção de regulação das actividades comerciais e economicas
DT	Direção do Tesouro
FG	Fundo Global
FNM	Fundo Nacional de medicamentos
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
HAM	Hospital Dr Ayres de Menezes
MFEA	Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
MEES	Ministério da Educação
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNF	Política Nacional Farmacêutica
RRHH	Recursos Humanos
SIS	Sistema de Informação de Saúde
SOP	Standard Operating Procedure
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
URM	Uso Racional de Medicamentos

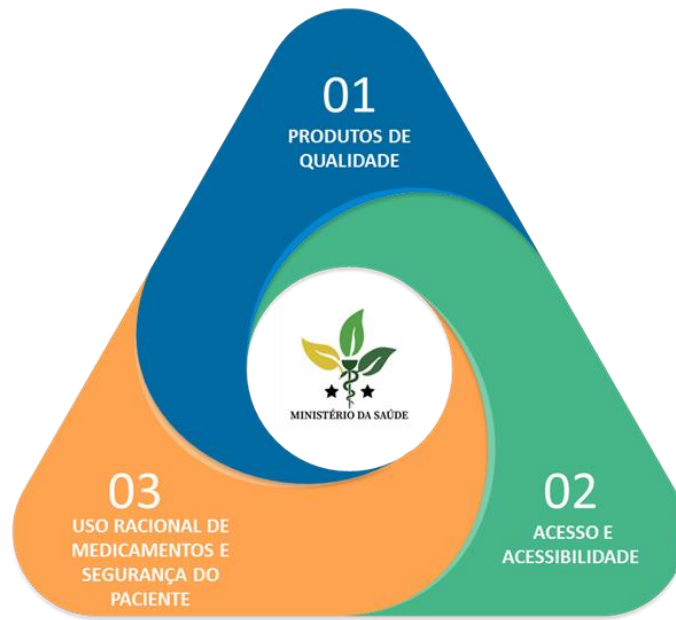
# 1 Introdução

## 1.1 Contexto

O *Roadmap* para o Acesso a Medicamentos, Vacinas e Outras Tecnologias (2019-2023)<sup>1</sup>, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta como áreas estratégicas para o promoção do acesso a estes produtos: A) **Qualidade, segurança e eficácia** por meio do fortalecimento do sistema regulatório; avaliação da qualidade, segurança, eficácia e desempenho por meio de pré-qualificação; e vigilância do mercado no âmbito da qualidade, segurança e desempenho; e B) **Equidade do acesso** por meio de Pesquisa e desenvolvimento que atende a saúde pública; Gestão da propriedade intelectual para contribuir para a inovação e promover a saúde pública; seleção baseada em evidências e preços justos e acessíveis e apropriada prescrição, dispensação e uso racional.

Com o apoio da OMS e de maneira participativa e ampliada, foi elaborado um Plano de Ação Nacional e *roadmap* com recomendações operacionais de curto e longo para orientar o fortalecimento do Setor Farmacêutico em São Tomé e Príncipe (STP) no qual integrarão as ações intersetoriais envolvidas. Pretende-se que o Plano de Ação contribua para melhorar a coordenação e a eficácia dos esforços de STP para melhorar o acesso e o uso efetivo de serviços essenciais de saúde de boa qualidade à luz das agendas de Cobertura Universal da Saúde (CUS) e Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto é primordial a integralidade das ações do sector farmacêutico em STP (Figura 1), em especial quanto a ações sobre i) vigilância sanitária de produtos farmacêuticos comercializados no País; ii) garantia do acesso e equidade na acessibilidade a produtos farmacêuticos essenciais; e iii) promoção do uso racional de medicamentos e segurança do paciente, por intermédio de ações intersetoriais que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo.



*Figura 1– Integralidades das ações que envolvem o setor farmacêutico em STP.*

Desse modo, o Plano de Ação Nacional para Fortalecimento do Setor Farmacêutico em STP foi elaborado em convergência com os objetivos definidos nos pilares para alcance da CUS. Tais pilares estão orientados pela gestão de resultados, priorização de parcerias, comunicação e recursos à considerando objetivos estratégicos, fortalecimento da performance organizacional dos sistemas de saúde<sup>2</sup>.

## ***1.2 Processo de elaboração do Plano de Ação***

Em uma primeira etapa para elaboração do plano de ação foi consolidado um copilado de informações sobre o país, seu sistema de saúde e, em especial, sobre o setor farmacêutico. Estas informações, aliadas a percepção de atores relevantes, permitirão, a luz dos valores e princípios adotados pelo país. A realização de análise para a qual utilizou-se e o método SWOT, que por sua vez ensejará a identificação de prioridades para as quais se definiu o plano de ação e o roadmap para um período de 2 anos (Figura 2). Os dados desta etapa foram coletados por meio de entrevistas, com base no questionário de Nível 1<sup>3</sup>, para Análise do setor farmacêutico proposto pela OMS, análise de documentos e visitas técnicas, o que culminou no documento “Análise do Setor Farmacêutico em São Tomé e Príncipe”. Esta análise evidenciou fragilidades para a garantia da qualidade dos produtos farmacêuticos comercializados no país, assimetrias

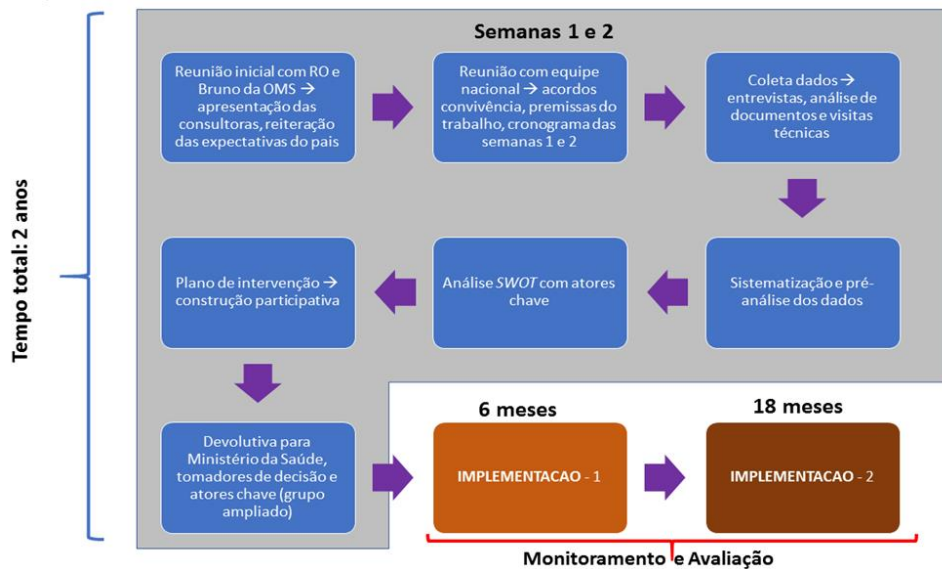
entre os gastos com medicamentos, no qual priorizou-se medicamentos que poderiam ser melhor priorizados e ruptura de abastecimento.

O objetivo geral do plano de ação é garantir que se mantenha a capacidade de tratar e prevenir doenças com medicamentos seguros e eficazes, que sejam de qualidade assegurada e que sejam utilizados de forma responsável e acessível a todos que deles necessitem.

Os principais problemas identificados foram: Governança: Quadro normativo e procedimentos desatualizados; lacunas nos mecanismos de transparência e gestão da informações do setor farmacêutico. Regulação: autoridade reguladora de medicamentos sem existência formal, o que limita suas possibilidades de atuação. Abastecimento: alta ruptura de abastecimento e problemas estruturais no armazém central. Financiamento: Fluxos financeiros pouco claros com implicações na sustentabilidade. Uso Racional de Medicamentos (URM) e Segurança do Paciente: baixa implementação de ações voltadas a promoção do URM e segurança do paciente, incluindo o controle de resistência antimicrobiana (AMR) e informação sobre a dispensação ambulatorial e institucional.

Este plano de ação tem vistas a dirimir os principais problemas, em especial quanto à logística de medicamentos no período de 2 anos (agosto/2022 a julho/2024). Nos primeiros seis meses da implementação do plano, que iniciarão em agosto de 2022, haverá suporte direto da consultora Alane Andreino Ribeiro indicada pelo Centro Colaborador da Organização Pan Americana e OMS em Política de Medicamentos-BRA056. O plano nacional de ação será avaliado semestralmente, podendo sofrer ajustes por necessidade das áreas responsáveis pela execução.





**Figura 2 – Etapas de elaboração do Plano Nacional de Ação:**

A seguir, é apresentado o Plano Nacional de ação para fortalecimento do setor farmacêutico em São Tomé e Príncipe (agosto 2022 a julho 2024) (formato executivo) em suas áreas estratégicas interligadass, a saber: Governança, Regulação, Financiamento, Abastecimento e Uso racional de medicamentos e segurança do paciente. O plano está organizado em 05 Objetivos Estratégicos (um para cada área estratégica), 27 atividades, 39 subatividades e 32 resultados esperados.

## 2 Matriz do Plano Nacional de Ação

### 2.1 Área estratégica: GOVERNANÇA

Objetivo Estratégico 1	Atividades	Resultado esperado	Áreas coodenasoras	Principais setores envolvidos
<p>Contar com quadro normativo, procedimentos, recomendações e outros documentos que possam promover transparência, boa conduta, ética e orientar e sistematizar as ações e serviços de saúde.</p>	1.1 Analisar cenários de organização estrutural do setor farmacêutico tendo como base o contexto nacional e modelos bem sucedidos de outros países.	<p>1.1.1 Clareza das atividades a serem realizadas quanto ao setor farmacêutico e a definição da estrutura organizacional mais adequada a STP implementada e legalizada.</p> <p>1.1.2 Estatuto do Fundo Nacional de Medicamentos (FNM) criado, homologado e disseminado.</p>	MS/DCS/DF	OMS, FNM
	1.2 Atualizar o quadro normativo e procedimentos do sector farmacêutico, considerando as proposições já existentes.	1.2.1 Quadro normativo (incluindo normas, procedimentos, estatutos, recomendações, SOPs) atualizado/criado, homologado e disseminado.	MS/DCS/DF	OMS, MS/DCS, CGS, FNM, OMS, Ordem dos Médicos, ATEFA, Associação Nacional de Farmácias Privadas.
	1.3 Melhorar a articulação dos diferentes organismos intra e extrasetorial com o setor farmacêutico.	<p>1.3.1 Participação do DF e FNM nas reuniões de tomadas de decisões nas questões ligadas ao setor e/ou à área de saúde, possibilitando maior envolvimento do SF, trocas de conhecimentos e de informações visando tomada de decisões de forma compartilhada e/ ou consensual.</p> <p>1.3.2 Maior reconhecimento das funções do DF por parte das entidades competentes.</p>	MS/DCS	OMS, SIS, CNES
	1.4 Desenvolver política de RRHH que atenda as especificidades do setor farmacêutico (intersectorialidade, conflitos de interesse etc).	1.4.1 Política de RRHH para o setor farmacêutico estabelecida e implementada.	MS/DCS/DF MS/DAF/RH/	MEES(Ministério da Educação), MFEA(Ministério das Finanças), OMS.
	1.5 Definir e implementar modelo de monitoramento do setor farmacêutico, incluindo sistema de informações.	<p>1.5.1 Modelo de monitoramento do setor farmacêutico pactuado e implementado.</p> <p>1.5.2 Uso de informações de qualidade na tomada de decisão</p> <p>1.5.3 Maior transparência e valorização das ações realizadas no sector farmacêutico</p>	MS/DCS/DF	OMS, SIS e outros parceiros
	1.6 Estabelecer mecanismos para a fiscalização das normas e procedimentos que envolvem a governança do	<p>1.6.1 Mecanismos para a fiscalização das normas e procedimentos do SF estabelecido</p> <p>1.6.2 Mecanismos de</p>	MS/DCS/DF CFC	Direção das Alfândegas, Polícia Económica, Ministério da Justiça, Polícia

<b>Objetivo Estratégico 1</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coordenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
	SF e a responsabilização dos infratores.	responsabilização dos infratores estabelecido		Nacional, Polícia Judiciária, outros

## 2.2 Área estratégica *REGULAÇÃO*

<b>Objetivo Estratégico 2</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coordenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
Autoridade de vigilância sanitária de produtos farmacêuticos institucionalizada e procedimentos de regulação implementados.	2.1 Subsidiar o bom desempenho das funções da Autoridade reguladora.	2.1.1 Ações da regulação de medicamentos desenvolvidas com qualidade e sustentabilidade.	MS/DCS/DF, DAF	Ministério das Finanças, Ordem dos Médicos, Associação dos técnicos de farmácia, FNM, Sindicatos dos técnicos de saúde, associação de farmácias privadas, associação dos terapeutas tradicionais.
	2.2 Construir ou requalificar e apetrechar um edifício para albergar a Autoridade reguladora, com os respectivos laboratórios.	2.2.1 Estudo de viabilidade para a construção do edifício próprio e dos laboratórios.  2.2.2 Edifício da Autoridade criado/requalificado com capacidade suficiente a fim de dar respostas as demandas do sector farmacêutico.	MS/ DAF	FG, OMS, Empresas petrolíferas.
	2.3 Avaliar as atividades de regulação com base em evidências resultando em plano de melhoria desenvolvido e implementado.	2.3.1 Plano de melhoria da regulação de medicamentos desenvolvido e implementado.	MS/DCS/DF	OMS, CGS, FNM.

## 2.3 Área estratégica *FINANCIAMENTO*

<b>Objetivo Estratégico 3</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coordenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
Fluxos reorganizados e financiamento racionalizado com vistas ao melhor desempenho económico-financeiro dos processos de compra.	3.1 Registrar e sistematizar demonstrações financeiras do ano 2022 no FNM.	3.1.1 Gestão financeira do FNM automatizada	MS FNM	
	3.2 Elaborar Planeamento Orçamentário para 2023.	3.2.1 Planeamento orçamentário anual do FNM estabelecido	FNM	

<b>Objetivo Estratégico 3</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coodenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
	3.3 Elaborar plano de trabalho com ações de promoção da sustentabilidade financeira e eficiencia das compras do FNM.	3.3.1 Modelo economico do FNM equilibrado e sustentável	MS FNM	OMS
	3.4 Implementar plano de trabalho com ações para promoção da sustentabilidade financeira e eficiencia das compras do FNM.	3.4.1 Modelo economico do FNM equilibrado e sustentável	MS FNM	OMS

## 2.4 Área estratégica ABASTECIMENTO

<b>Objetivo Estratégico 4</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coodenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
Cadeia de abastecimento e distribuição de produtos farmacêuticos balanceada e organizada.	4.1 Identificar na cadeia de abastecimento as causas de ruptura de estoque com o objectivo de permitir priorizar as intervenções sobre os nós críticos.	4.1.1 Rupturas de abastecimento minimizadas.	MS/DF/FNM/DO/DA	OMS/BM
	4.2 Criar o Comitê de Quantificação Nacional, garantido sua operação regular.	4.2.1 Melhorar a gestão e seguimento de toda cadeia de abastecimento.	MS/DF/FNM/	OMS/ DCS / HAM/ CGS/ CNE
	4.3 Criar SOP para a programação quantitativa de medicamentos, incluindo a definição das informações a serem utilizadas; Documentar todo processo.	4.3.1 Quantificação de medicamentos adequada à necessidade e priorizada segundo a disponibilidade orçamental (financeira).	MS/DCS/DF	OMS /FNM/DCS/CGS
	4.4 Estabelecer manual de especificação técnica dos medicamentos (descrever as especificações técnicas nos editais dos concursos para aquisição de medicamentos).	4.4.1 Melhoria da qualidade dos medicamentos adquiridos.	MS/DCS/DF	OMS/DCS/HAM
	4.5 Construção e apetrechamento de um armazém nacional para abarcar uma compra anual, precedido de estudo de necessidade e plano de implantação	4.5.1 Armazém central com capacidade para receber, armazenar, consevar grandes números de volumes de compras (uma compra anual).	MS/FNM/DO	FG, Parceiros multilaterais; DCS/DF
	4.6 Atualizar os critérios	4.6.1 Minimizar a	MS/DCS/DF	FNM/HAM/DRACAE/

<b>Objetivo Estratégico 4</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coordenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
	para doações de medicamentos, incluindo mecanismos de controle e de monitoramento (seguimento).	recepção dos medicamentos com validade curta ou até expirados;  4.6.2 Minimizar a recepção dos medicamentos inadequados ao país;  4.6.3 Documento com critérios para doações homologado, disseminado e implementado.		ONGs
	4.7 Avaliar o desempenho entre as compras de medicamentos feitas pelos diferentes sectores.	4.7.1 Minimizar fragilidades e harmonizar as vantagens/ forças / benefícios de cada modalidade de compra.	MS/DAF/DF/HAM/FNM	OMS/DOT/TC
	4.8 Implementar sistema de gestão da qualidade das boas práticas de armazenagem.	4.8.1 Boas práticas de estocagem asseguradas.  4.8.2 Facilitação dos processos de trabalho, segurança ambiental e dos trabalhadores	MS/DF/FNM	CGS
	4.9 Sistematizar o processo de distribuição do FNM para as unidades de saúde.	4.9.1 Cronograma de distribuição estabelecido; Racionalização do uso dos veículos.	FNM/Áreas de Saúde/HAM/	OMS/DF/CGS/ONG/D CS (Saude reprodutiva e imunizacao)/demais áreas do Ministério da saude

## 2.5 Área estratégica USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS e SEGURANÇA DO PACIENTE

<b>Objetivo Estratégico 5</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultado esperado</b>	<b>Áreas coordenadoras</b>	<b>Principais setores envolvidos</b>
Ações, estratégias e atividades para a promoção do uso racional de medicamentos implementadas em consonância com as políticas nacionais farmacêutica e de	5.1 Sistematizar o processo de construção e atualização da lista de medicamentos autorizada para comercialização e lista de medicamentos essenciais;	5.1.1 Papel da lista de comercialização e da lista de medicamentos essenciais claramente definido.	MS/DCS/DF	OMS /DCS/HAM /CGS

<b>Objetivo Estratégico 5</b>	<i>Atividades</i>	<i>Resultado esperado</i>	<i>Áreas coodadoras</i>	<i>Principais setores envolvidos</i>
saúde.	5.2 Desenvolver plano para uso racional de antimicrobianos como parte de um plano de controle da resistência aos antimicrobianos (AMR).	5.2.1 Minimizar a excessiva e inapropriada prescrição dos antibióticos.	MS/DCS/DF	OMS /DCS/HAM /CGS
	5.3 Reorganizar o uso institucional e ambulatorial de medicamentos..	5.3.1 Promoção do uso racional de medicamentos tanto institucional quanto comunitário.	MS/DCS/DF	OMS /DCS/HAM /CGS
	5.4 Disseminar as listas nacionais de medicamentos segundo as especificidades e finalidades de cada uma.	5.4.1 Utilização de cada lista segundo sua finalidade.	MS/DCS/DF	OMS /DCS/HAM /CGS
	5.5 Implementar plano para uso racional de antimicrobianos como parte de um plano de controle da resistência aos antimicrobianos (AMR).	5.5.1 Minimizar a excessiva e inapropriada prescrição dos antibióticos.	MS/DCS/DF	OMS /DCS/HAM /CGS
	5.6 Desenvolver e implementar política de tratamento dos medicamentos inservíveis.	5.6.1 Redução das perdas de medicamentos 5.5.2 Descarte adequado de medicamentos inservíveis 5.5.3 Conhecimento do impacto quantitativo-financeiro dos inservíveis	MS/DCS/DF	FNM

### 3 Monitoramento e Avaliação

Monitoramento e avaliação são atividades complementares entre si e ambas fundamentais nas políticas públicas e organizações. São relevantes para fornecer informações como: se a política está sendo implementada conforme planejado, se está alcançando os resultados previstos, se há recursos suficientes para desenvolver as atividades planejadas. Assim, permite identificar fortalezas a serem preservadas e lacunas a serem resolvidas, sendo primordial que os achados gerem ações gerenciais.

Cabe enfatizar a importância do estabelecimento de parcerias e ações educativas com os profissionais que produzem os serviços expressos nos dados. É bastante importante considerar sua perspectiva no processo explicativo dos resultados encontrados, até porque, muitas vezes estes fogem à governabilidade de profissionais específicos e a resolução dos problemas requerem ações organizacionais mais amplas.

O foco do monitoramento e avaliação pode ser uma política, intervenção, programa ou plano. Estas, por sua vez, são desenhados em resposta a um problema ou conjunto de problemas quando identificados na agenda pública. As atividades realizadas pressupõem a transformação de recursos, como os financeiros, humanos, organizacionais, derivando em produtos e estes em resultados de curto, médio e longo prazo, os quais produzirão impactos.

Monitoramento e avaliação são faces, complementares entre si, de um mesmo processo. O ato de avaliar (atribuir juízo de valor), inclusive, é inerente tanto ao processo de monitoramento quanto ao de avaliação. O monitoramento acompanha no tempo o desenvolvimento de determinadas atividades e formula hipóteses a respeito. A avaliação aprofunda a compreensão sobre esse desenvolvimento, investigando as hipóteses geradas pelo monitoramento acerca das diferenças observadas entre planejado e executado (implementação) ou alcançado (resultado ou impacto).

O monitoramento, por sua vez, pressupõe o acompanhamento de aspectos que sejam centrais, por exemplo, os recursos, atividade e resultados. Dessa forma, sinalizam a existência de potenciais problemas que podem ou não requerer um estudo avaliativo para detalhá-los melhor, ensejando de forma mais precisa a definição das estratégias gerenciais requeridas para corrigi-los. Por exemplo, se detectada uma baixa adesão dos prescritores a uma lista de medicamentos essenciais, as causas podem ser variadas e ocorrer de forma isolada ou combinada, como: desconhecimento dos prescritores sobre a lista, falta de medicamentos selecionados no estoque,

falta de credibilidade do processo de definição da lista, lista desatualizada e que não responde as necessidades. Cada uma dessas causas requererá uma intervenção diferente para corrigir o problema e se o conhecimento do contexto não for suficiente para determinar a contribuição de cada uma das causas ao problema, um estudo avaliativo poderá ser necessário.

#### **4 Gestão dos dados e da informação**

Conforme discutido no *Fair Pricing Forum 2021*, evento organizado pela OMS e copatrocinado pelo governo da Argentina, que aconteceu em abril de 2021, há uma série de medidas concretas que diferentes partes interessadas podem tomar para melhorar a transparência em todo o sistema farmacêutico, tais como: melhorar a coleta e a análise de dados de domínio público; iniciativas voluntárias e pressão política; divulgação *ad hoc*; leis sobre informação; medidas econômicas, regulatórias, legislativas ou judiciais<sup>4</sup>. Segundo a OMS<sup>5</sup>, sistema farmacêutico refere-se à “relacionamento/interações entre os vários atores do setor farmacêutico, as regras que regem essas interações e a forma como as decisões são tomadas, em particular no governo.”

Melhorar a transparência é essencial para determinar o que é justo, no entanto, ainda há lacunas de registro e escassez de dados confiáveis sobre os a gestão de produtos farmacêuticos em São Tomé e Príncipe. Nesse cenário, a transparência de dados e informações e o compartilhamento de conhecimento pode ser componente estratégico para ampliar disponibilidade de produtos de qualidade e a preços acessíveis, promover a utilização racional dessas tecnologias e delinear melhor o panorama entre saúde pública e comércio.

Ademais, o *Roadmap para o Acesso a Medicamentos, Vacinas e Outras Tecnologias (2019-2023)*<sup>1</sup> da OMS observou que informações imparciais sobre produtos de saúde, incluindo preços, é uma necessidade premente e um componente essencial da tomada de decisão baseada em evidências que deve apoiar a expansão ou mudanças nas listas nacionais de medicamentos essenciais.

Para a construção e a ampla utilização de medidas de desempenho que expressem o grau de alcance dos objetivos estabelecidos, os indicadores descritos no Apêndice 1 e 2 foram desenvolvidos para facilitar a quantificação e operacionalizar o monitoramento. Podemos afirmar que indicadores e parâmetros representam uma das principais ferramentas para os processos de monitoramento e avaliação.



Para tanto, é fundamental considerar as áreas ou programas como um todo, levando em conta o território e participação dos atores envolvidos. O Plano de ação e os instrumentos de monitoramento foram apresentados e debatidos em *debriefing* com atores chave do país para apreciação dos indicadores quanto aos critérios de factibilidade e utilidade, definindo assim o elenco final de indicadores e validação do modelo de monitoramento e avaliação.

#### ***4.1 Sobre o monitoramento***

Assim, o estabelecimento do monitoramento do Plano de Ação (2022-2023) para fortalecimento do setor farmacêutico em São Tomé e Príncipe, é bastante adequado e desejável. É fundamental que os achados sejam examinados e analisados periodicamente. Sempre que um problema for sinalizado, deve gerar uma ação gerencial.

O estabelecimento de indicadores é uma forma bastante utilizada para realizar o monitoramento. Um indicador é uma expressão objetiva para aferição de critérios, que são os aspectos sobre os quais há valor em conhecer (efetividade, eficiência, qualidade, acesso, desempenho etc.). Eles têm vantagens, além de objetivar as medidas para:

- Acompanhamento da implementação;
- Avaliação de metas a longo prazo;
- Identificar pontos fracos e fortes de políticas e sistemas;
- Autoavaliação para melhorar o comportamento;
- Demonstrar necessidades (de doações, recursos, ...);
- Informar progresso a autoridades e grupos interessados;
- Medir o impacto de novas políticas ou sistemas de gerência;
- Estudos comparativos com outras instituições, entre países, etc..

No entanto, há qualidades fundamentais de um indicador para que cumpram o papel esperado:

- Claro - fácil de entender e calcular;
- Útil - reflete uma importante dimensão do desempenho;
- Mensurável - pode ser definido em termos quantitativos ou qualitativos;
- Confiável - permite avaliação consistente ao longo do tempo e entre diferentes observadores;
- Válido - mede realmente o que se propõe a medir.

Entre os requisitos importantes para um sistema de monitoramento estão:

- Clareza das medidas e seus objetivos;
- Balanço razoável entre a utilidade da medida e o esforço para obter os dados à a coleta de dados não deve atrapalhar o serviço a ser realizado;
- Transparência;
- Uso dos dados para tomada de decisão.

As etapas necessárias à uma proposta sustentável deve levar em consideração as etapas sinalizadas no Quadro 1. Para o monitoramento da intervenção, sua viabilidade, factibilidade e qualidade da informação, elaborou-se os instrumentos constantes no Apêndice 1 e 2, tais instrumentos. Todas as etapas sinalizadas abaixo devem ser planejadas em conjunto e executadas conforme este planejamento.

***Quadro 1. Etapas para o desenvolvimento do monitoramento do setor farmacêutico em STP.***

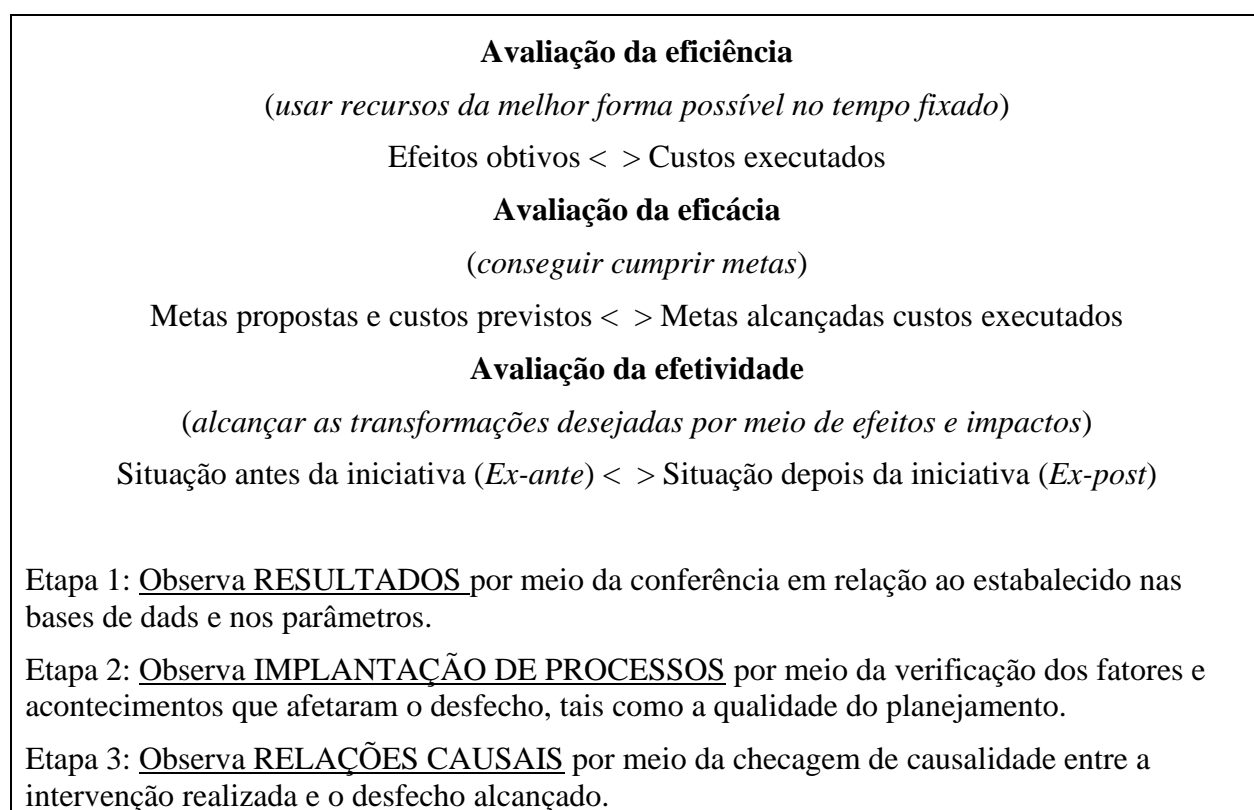
<b>Etapa</b>	<b>Observação</b>
1. Desenvolvimento dos indicadores indicando sua definição e forma de cálculo (matriz de informação)	Deve-se buscar a máxima e melhor utilização de bases secundárias aumenta a viabilidade e sustentabilidade.
2. Explicitação da interpretação de cada indicador, incluindo as metas (matriz de julgamento)	As metas devem ser SMART e devem ser discutidas por consenso de atores relevantes com base nos achados do piloto
3. Coleta e tratamento dos dados	Pode fazer-se necessário limpeza do banco de dados, para verificação e correção de inconsistências e cálculo dos indicadores
4. Análise dos dados	Implica na interpretação dos achados, revelando seu significado no contexto específico.
5. Relatório	Um relatório de processo avaliativo deve ter estrutura que permita o fácil entendimento dos achados e seu significado.

#### ***4.2 Sobre a avaliação***

A avaliação expande as medidas e a verificação do monitoramento para determinar valores e méritos de programas e políticas e amplia a compreensão sobre o avaliado. A avaliação requer maior rigor no uso de procedimentos metodológicos, na busca de evidências com credibilidade para se fazer um julgamento da intervenção. É necessário explicitar a perspectiva útil da

avaliação, que possibilite a inclusão/interferência das diferentes partes interessadas, potencializando e renovando a avaliação no cotidiano.

Destaca-se que uma avaliação periodica externa e interna do Plano de Ação Nacional para fortalecimento do setor farmacêutico em São Tomé e Príncipe deve ter participação de representantes do governo, da sociedade civil e demais partes interessadas. Por meio de reflexão participativa potencializa-se a avaliação sobre a *performance* para concretização dos objetivos, a continuidade, fortalecimento ou mesmo exclusão de intervenções. É possível classificar a avaliação em relação ao que será avaliado, a partir dos critérios de eficiência, eficácia e efetividade (Figura 3) e etapas de avaliação (Figura 4):



**Figura 3 – Classificação da avaliação e etapas da avaliação dos resultados do plano de ação<sup>6</sup>.**

Destaca-se que a inserção da avaliação na rotina do setor farmacêutico somente se dará por meio da implantação de uma cultura avaliativa e compromisso nacional de alto nível, com planejamento e gestão sólida da informação, e suporte técnico-financeiro para a implementação das ações e respectiva avaliação. Desde aspectos como política, legislação e regulamentação; orçamento e finanças; seleção de medicamentos, garantia de qualidade do produto, compras

farmacêuticas, logística e disponibilidade farmacêutica; avaliação geográfica, acessibilidade, uso de medicamentos, aceitabilidade (ou satisfação) até questões como transparência, *accountability* e governança.

Ademais, é preciso mapeamento dos atores envolvidos, suas atitudes e potencial para orientar mudanças. Por fim, espera-se que a avaliação contribua para a análise de opções para novas políticas, programas ou iniciativas.

## 5 Apêndices

### 5.1 Apêndice 1. Alcance do plano de ação ao final dos primeiros seis meses de implantação, agosto de 2022 a janeiro de 2023.

Área estratégica: GOVERNANÇA

Atividades	Subatividades	Resultado Esperado	Indicador / Questão	Fonte de dados	Resposta ao indicador / questão	Medidas importantes não adotadas	Aprendizados e considerações
1.1 Analisar cenários de organização estrutural do setor farmacêutico tendo como base o contexto nacional e modelos bem sucedidos de outros países.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor minuta de normativa sobre a organização institucional do Departamento Farmacêutico.</li> <li>- Propor minuta de normativa sobre a organização institucional da Autoridade Reguladora.</li> <li>- Propor minuta inicial de Estatuto para o Fundo Nacional de Medicamentos</li> </ul>	1.1.1 Clareza das atividades a serem realizadas quanto ao setor farmacêutico e a definição da estrutura organizacional mais adequada a STP.	1.1.1.1 Organismos do setor farmacêutico formalmente estabelecidos, com funções e fluxo de financiamento definidos.	Verificação do organograma institucional e de documentos técnicos oficiais.	Conformidade ou não conformidade		
1.2 Atualizar o quadro normativo e procedimentos do setor farmacêutico, considerando as proposições já existentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atualizar Política Farmacêutica Nacional (PFN)</li> <li>- Elaborar Política Nacional de Plantas Medicinais (PNPM)</li> </ul>	1.2.1 Quadro normativo atualizado/criado, homologado e disseminado.	1.2.1.1 Número de peças normativa atualizadas/criadas, homologadas e disseminadas.  1.2.1.2 Estatuto do FNM publicado.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
1.3 Melhorar a articulação intersetorial do setor farmacêutico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar rodas de conversa com áreas de interesse para debater e aperfeiçoar o setor farmacêutico em STP junto às áreas técnicas.</li> </ul>	1.3.1 Participação do DF e FNM nas reuniões de tomadas de decisões nas questões ligadas ao setor e/ou à área de saúde.  1.3.2 Maior reconhecimento das funções do DF por parte das entidades competentes.	1.3.1.1 N° de actas produzidas a cada reunião ou encontros inter e extrasectorial.  1.3.2.1 N° de Despacho ministerial conjunto publicado.	Verificação nas atas de reunião e documentos	Conformidade ou não conformidade		

### Área estratégica REGULAÇÃO

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações</i>
2.1 Subsidiar o bom desempenho das funções da Autoridade reguladora.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor especificações técnicas para as atividades de inspeção</li> <li>- Propor especificações técnicas para as atividades de farmacovigilância</li> </ul>	2.1.1 Ações da regulação de medicamentos desenvolvidas com qualidade e sustentabilidade.	2.1.1.1 Especificações técnicas de regulação de medicamentos formalmente criada.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		

### Área estratégica FINANCIAMENTO

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
3.1 Registrar e sistematizar demonstrações financeiras do ano 2022 no FNM	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar estrutura para coleta de informações para registro das demonstrações financeiras de 2022 no FNM</li> <li>- Sistematizar demonstrações financeiras do ano 2022 no FNM</li> </ul>	3.1.1 Gestão da informação financeira do FNM em 2022	3.1.1.1 Relatório com demonstração financeira de 2022 com dados completos e suficientes.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
3.2 Elaborar Planejamento orçamentário para 2023.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar estrutura para coleta de informações que subsidiem o Planejamento orçamentário</li> <li>- Elaborar Planejamento orçamentário para 2023.</li> </ul>	3.2.1 Planejamento orçamentário anual do FNM estabelecido	3.2.1.1 Planejamento e orçamento 2023 homologado.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
3.3 Elaborar plano de trabalho com ações de promoção da sustentabilidade financeira e eficiência das compras do	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar junto com atores chave plano de trabalho com ações de promoção da sustentabilidade financeira e</li> </ul>	3.3.1 Ações de promoção da sustentabilidade financeira e eficiência	3.3.1.1 Plano de trabalho elaborado.	Verificação documental e de atas de reunião	Conformidade ou não conformidade		

FNM.	eficiência das compras do FNM.	das compras do FNM planejadas
------	--------------------------------	-------------------------------

*Área estratégica ABASTECIMENTO*

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
4.1 Identificar na cadeia de abastecimento as causas de ruptura de estoque com o objectivo de permitir priorizar as intervenções sobre os nós críticos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar a implantação e monitoramento do estoque por meio do sistema <i>msupply</i></li> <li>- Apoio na utilização de relatórios gerenciais de movimentação de estoque.</li> <li>- Elaborar estudo sobre as causas de ruptura e excessos de estoque</li> </ul>	4.1.1 Rupturas e excessos de estoque minimizadas.	4.1.1.1 Estudo das causas da ruptura de stock dos medicamentos em STP feito e divulgado.	Relatório técnico	Conformidade ou não conformidade.		
4.2 Institucionalizar o Comité de Quantificação Nacional, garantido sua operação regular	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor estrutura organizacional do Comité de quantificação</li> </ul>	4.2.1 Melhorar a gestão e seguimento de toda cadeia de abastecimento.	4.2.1.1 Registro de criação e de operação regular do comité de quantificação.  4.2.1.2 Registros da memória de cálculo.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade.		
4.3 Criar procedimento operacional padrão (SOP) para a programação quantitativa de medicamentos, incluindo a definição das informações a serem utilizadas e documentar todo processo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor SOP de acordo com os requisitos dos tratamentos para as doenças e agravos.</li> </ul>	4.3.1 Quantificação de medicamentos adequada à necessidade e priorizada segundo a disponibilidade orçamental e financeira.	4.3.1.1 SOP de programação criado, disseminado e implementado;  4.3.1.2 Nº de processos documentados.	Verificação documental e in loco	Conformidade ou não conformidade.		
4.4 Estabelecer manual de especificação técnica dos medicamentos (descrever as especificações técnicas nos editais dos concursos para	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propor minuta de manual de especificações</li> </ul>	4.4.1 Melhoria da qualidade dos medicamentos adquiridos.	4.4.1.1 Nº de especificações técnicas criadas e incorporadas nos editais de compra.	Verificação dos editais de compra	Conformidade ou não conformidade.		

Área estratégica *USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS e SEGURANÇA DO PACIENTE*

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
5.1 Sistematizar o processo de construção e atualização da lista de medicamentos que podem ser comercializados no país e de medicamentos essenciais.	- Elaborar documento técnico sobre o papel claramente definido da lista de medicamentos comercializados no país e lista de medicamentos essenciais.	5.1.1 Papel claramente definido da lista de medicamentos que podem ser comercializados no país  5.1.2 Papel claramente definido da lista de medicamentos essenciais	5.1.1 Existência de medicamentos não conforme a lista de comercialização.  5.1.2 % de uso governamental de medicamentos não essenciais	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
5.2 Desenvolver plano para uso racional de antimicrobianos como parte de um plano de controle da resistência aos antimicrobianos	- Atualização conjunta do plano multisetorial de combate a resistência antimicrobiana  - Subsidiar a institucionalização do Comitê sobre Resistência Antimicrobiana  - Propor plano nacional de controle do uso de antimicrobianos em humanos	5.2.1 Minimizar a excessiva e inapropriada prescrição de antimicrobianos	5.2.1.1 Plano de controle da resistência aos antimicrobianos elaborado  5.2.1.2 Comitê sobre Resistência Antimicrobiana institucionalizado  5.2.1.3 Plano nacional de controle do uso de antimicrobianos em humanos elaborado	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
5.3 Reorganizar o uso institucional e ambulatorial de medicamentos.	- Elaborar modelo de prescrição  - Propor SOP para prescrição e dispensação  - Elaborar manual para	5.3.1 Promoção do uso racional de medicamentos tanto institucional quanto comunitário	5.3.1.1 SOP desenvolvidos;  5.3.1.2 manual para elaboração de formulários ou diretrizes	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		



elaboração de formulários ou diretrizes terapêuticas no contexto da Atenção Primária à Saúde

terapêuticas elaborado.

## 5.2 Alcance do plano de ação ao final dos últimos 18 meses de implantação, fevereiro de 2023 a julho de 2024.

Área estratégica: GOVERNANÇA

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
1.4 Desenvolver política de RRHH que atenda as especificidades do setor farmacêutico	- Elaborar minuta de Política de RRHH para o sector Farmacêutico de STP	1.4.1 Política de RRHH para o setor farmacêutico estabelecida e implementada.	1.4.1.1 Política de RRHH para o setor farmacêutico homologada	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
	- Elaborar modelo de declaração de conflito de interesse						
1.5 Definir e implementar modelo de monitoramento das ações que envolvem a Política Nacional Farmacêutica, incluindo sistema de informações.	- Elaborar modelo de monitoramento das ações que envolvem a Política Nacional Farmacêutica.	1.5.1 Modelo de monitoramento das ações que envolvem a Política Nacional Farmacêutica pactuado e implementado.	1.5.1.1 Número de indicadores do setor farmacêutico coletados com a regularidade planejada	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
	- Elaborar matriz de informação que subsidie o monitoramento	1.5.2 Uso de informações de qualidade na tomada de decisão					
		1.5.3 Maior transparência e valorização das ações realizadas no sector farmacêutico.					
1.6 Estabelecer mecanismos para a fiscalização das normas e procedimentos que envolvem a governança do SF e a responsabilização dos infractores	- Elaborar proposta de mecanismos para a fiscalização das normas e procedimentos que envolvem a governança do SF e a responsabilização dos infractores	1.6.1 Mecanismos para a fiscalização das normas e procedimentos que envolvem a governança do SF estabelecido	1.6.1.1 Número das fiscalizações realizadas. Inspeções e supervisões realizadas (relatório e pareceres elaborados de cada ação)	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
		1.6.2 Mecanismos de responsabilização dos infractores estabelecido.					

## Área estratégica REGULAÇÃO

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações</i>
2.2 Construir/requalificar e apetrechar um edifício para albergar a Autoridade reguladora, com os respectivos laboratórios.	- Elaborar estudo de viabilidade para construir ou requalificar edifício para albergar a Autoridade reguladora	2.2.1 Estudo de viabilidade para a construção do edifício próprio e dos laboratórios  2.2.2 Edifício da Autoridade criado/requalificado com capacidade suficiente a fim de dar respostas as demandas do sector farmacêutico.	2.2.1.1 Estudo de viabilidade concluído;  2.2.2.1 Edifício da Autoridade construído/requalificado e apetrechado;	Verificação documental e in loco	Conformidade ou não conformidade		
2.3 Avaliar as atividades de regulação com base em evidências resultando em plano de melhoria desenvolvido e implementado.	- Elaborar e implementar plano de melhoria da regulação de medicamentos.	2.3.1 Plano de melhoria da regulação de medicamentos desenvolvido e implementado	2.3.1.1 Plano de melhoria desenvolvido	Verificação documental e in loco	Conformidade ou não conformidade		

## Área estratégica FINANCIAMENTO

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
3.4 Implementar plano de trabalho com ações para promoção da sustentabilidade financeira e eficiência das compras do FNM.	- Elaborar documento estabelecendo o fluxo financeiro do FNM  - Elaborar e implementar método para determinar margens de lucro  - Avaliar a viabilidade de isenção de direitos aduaneiros	3.4.1 Modelo económico do FNM equilibrado e sustentável	3.4.1.1 Publicação de documento estabelecendo o fluxo financeiro.  3.4.1.2 Dotação orçamental para medicamentos definido (fonte credível) e cumprida.  3.4.1.3 % Execução orçamental (total	Documentos técnicos e relatórios financeiro e contábil Verificação documental e in loco			

- Avaliar a viabilidade de compensação financeira da gestão dos medicamentos financiados pelo Fundo Global e Ministério da Saúde.

- Estabelecer procedimento para garantir o ressarcimento do FNM tanto nos casos de compra de medicamentos de uso institucional quanto no pagamento pelas unidades de saúde

executado / total orçado no ano)

3.4.1.4 Método para determinar as margens de lucro revisto

3.4.1.5 Avaliação sobre a viabilidade de isenção de direitos aduaneiros

3.4.1.6 Avaliação sobre a viabilidade de compensação financeira da gestão dos medicamentos financiados pelo Fundo Global e Ministério da Saúde.

3.4.1.7 Fluxo de recuperação de custos estabelecido.

*Área estratégica ABASTECIMENTO*

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações</i>
4.5 Construção e apetrechamento de um Armazém Nacional para abarcar uma compra anual, precedido de estudo de necessidade e plano de implantação	- Estudo de necessidade de construção e apetrechamento de novo Armazem Nacional  - Plano de implantação para construção e apetrechamento do Armazém, se houver necessidade.	4.5.1 Armazém central com capacidade para receber, armazenar, conservar grandes números de volumes de compras (para uma compra anual)	4.5.1.1 Armazém construído e funcional Boas praticas de armazenagem atendidas.	Verificação in loco	Conformidade ou não conformidade		

<p>4.6 Atualizar os critérios para doações de medicamentos, incluindo mecanismos de controle e de monitoramento (seguimento)</p>	<p>- Elaborar minuta de documento técnico</p> <p>- Elaborar monitoramento técnico dos medicamentos recebidos por meio de doações</p>	<p>4.6.1 Minimizar a recepção dos medicamentos inadequados ao país; com validade curta ou até expirados;</p> <p>4.6.2 Documento com critérios para doações homologado, disseminado e implementado</p>	<p>4.6.1.1 % de recepção de produtos com curta validade e expirados sobre o total.</p> <p>4.6.1.2 % de recepção de produtos fora da LNME.</p> <p>4.6.2.1 Documento publicado</p>	<p>Lista de compras e comparação com lista de medicamentos essenciais</p> <p>Verificação documental</p>	<p>Conformidade ou não</p> <p>Conformidade</p>
<p>4.7 Avaliar o desempenho entre as compras de medicamentos feitas pelos diferentes sectores.</p>	<p>- Elaborar estudo de desempenho das aquisições de medicamentos</p>	<p>4.7.1 Minimizar fragilidades e harmonizar as vantagens/ forças / benefícios de cada modalidade de compra.</p>	<p>4.7.1.2 N° de avaliações de desempenho das compras públicas realizadas e divulgadas.</p>	<p>Verificação documental (relatório técnico)</p>	<p>Conformidade ou não</p> <p>conformidade</p>
<p>4.8 Implementar sistema de gestão da qualidade das boas práticas de armazenagem.</p>	<p>- Elaborar manual de boas práticas de armazenagem</p> <p>- Implementar manual de boas práticas</p>	<p>4.8.1 Boas práticas de estocagem asseguradas</p> <p>4.8.2 Facilitação dos processos de trabalho, segurança ambiental e dos trabalhadores</p>	<p>4.8.1.1 Gestão da qualidade implementada e funcional.</p> <p>4.8.2.1 Armazém reestruturado.</p>	<p>Verificação documental e in loco</p>	<p>Conformidade ou não</p> <p>conformidade</p>
<p>4.9 Sistematizar o processo de distribuição do FNM para as unidades de saúde.</p>	<p>- Elaborar documento técnico com orientações para estabelecimento de cronograma de distribuição incluindo a questão da racionalização do uso dos veículos</p>	<p>4.9.1 Cronograma de distribuição estabelecido;</p> <p>4.9.2 Racionalização do uso dos veículos.</p>	<p>4.9.1 Cronograma de distribuição estabelecido e cumprido.</p>	<p>Verificação documental.</p>	<p>Conformidade ou não</p> <p>conformidade.</p>

Área estratégica USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS e SEGURANÇA DO PACIENTE

<i>Atividades</i>	<i>Subatividades</i>	<i>Resultado Esperado</i>	<i>Indicador / Questão</i>	<i>Fonte de dados</i>	<i>Resposta ao indicador / questão</i>	<i>Medidas importantes não adotadas</i>	<i>Aprendizados e considerações.</i>
5.3 Reorganizar o uso institucional e ambulatorial de medicamentos.	- Propor SOP para prescrição e dispensação e formulários ou diretrizes terapêuticas no contexto da Atenção Primária à Saúde	5.3.1 Promoção do uso racional de medicamentos tanto institucional quanto comunitário	5.3.1.3 Novos SOP desenvolvidos;	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
			5.3.1.4 Formulários ou diretrizes terapêuticas elaborados				
5.4 Disseminar as listas oficiais de medicamentos segundo as especificidades e finalidades de cada uma.	- Elaborar plano de comunicação e disseminação	5.4.1 Utilização de cada lista segundo sua finalidade	5.4.1.1 Percentual de medicamentos prescritos no setor público conformes a lista de medicamentos essenciais.	Análise de prescrições e comparação com lista de medicamentos essenciais	Conformidade ou não conformidade		
5.5 Implementar plano para uso racional de antimicrobianos como parte de um plano de controle da resistência aos antimicrobianos	- Pactuar plano para uso racional de antimicrobianos.	5.5.1 Minimizar a excessiva e inapropriada prescrição dos antibióticos em humanos	5.5.1.1 Plano controle do uso de antibióticos em humanos.	Verificação documental	Conformidade ou não conformidade		
			5.5.1.2 % de antibióticos prescritos por ano.	Checagem de prescrição			
5.6 Desenvolver e implementar estratégia de tratamento dos medicamentos inservíveis	- Elaborar e monitorar a implementação de estratégia de tratamento de medicamentos inservíveis	5.6.1 Redução das perdas de medicamentos	5.6.1.1 Relatório quantitativo financeiro dos medicamentos inservíveis, identificando origem e motivo.	Verificação documental (relatório técnico)	Conformidade ou não conformidade		
		5.6.2 Descarte adequado de medicamentos inservíveis					
		5.6.3 Conhecimento do impacto quantitativo-financeiro dos inservíveis					



## 6 Referências

1. WHO - World Health Organization. Roadmap for access to medicines, vaccines and health product 2019-2023: comprehensive support for access to medicines, vaccines and other health products. 2019. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/330145>
2. WHO - World Health Organization. The Thirteenth General Programme of Work, 2019–2023. WHO/PRP/18.1. Approved by the Seventy-first World Health Assembly in resolution WHA71.1 on 25 May 2018. [Internet]. WHO; 2019 [citado 10 de agosto de 2022]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/324775/WHO-PRP-18.1-eng.pdf>
3. WHO - World Health Organization. WHO Operational package for assessing, monitoring and evaluating country pharmaceutical situations Guide for coordinators and data collectors [Internet]. WHO; 2007 [citado 10 de agosto de 2022]. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/69927/WHO\\_TCM\\_2007.2\\_eng.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/69927/WHO_TCM_2007.2_eng.pdf)
4. WHO - World Health Organization. Fair Pricing Forum 2021 Meeting Report. Geneva: WHO; 2021 [citado 10 de agosto de 2022]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/348331/9789240038585-eng.pdf>.
5. WHO - World Health Organization. Pharmaceutical System Transparency and Accountability Assessment Tool: Good Governance for Medicines, Progressing access in the SDG era. Geneva: WHO; 2018 [citado 10 de agosto de 2022]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/275370/WHO-EMP-2018.04-eng.pdf?ua=1>.
6. HERCOG, B. P. et al. Guia de monitoramento e avaliação em convivência e segurança cidadã. Brasília, PNUD. 2013. 40p. (2ª Edição) (Coletânea convivência e segurança cidadã : guias de gestão territorial participativa) [citado 10 de agosto de 2022].